

As Dez Cidades Mais Sustentáveis do Mundo: Modelos de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

Kezia de Almeida Costa Marvila

Maria Clara Sales de Carvalho

Tarciana Sales Santos ()*

Introdução

O tema sustentabilidade no meio urbano traz à tona a discussão sobre como cidades ao redor do mundo vêm implementando práticas que equilibram crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social. Em um contexto de urbanização acelerada, crises ambientais e desigualdades socioeconômicas, estudar esses modelos se mostra essencial para o desenvolvimento de políticas públicas e para a construção de cidades mais resilientes e habitáveis. Nesse cenário, analisar experiências de cidades sustentáveis pode oferecer exemplos valiosos para adaptação e aplicação em outras regiões, incluindo o Brasil, onde o avanço urbano ainda enfrenta desafios como a segregação social e a degradação ambiental.

A perspectiva brasileira é enriquecida pela contribuição de vários autores que estudam o desenvolvimento urbano sustentável e suas especificidades no contexto nacional. Maricato (2011), por exemplo, aponta que a sustentabilidade urbana deve considerar as profundas desigualdades sociais e urbanísticas presentes nas grandes cidades brasileiras. Segundo a autora, práticas urbanísticas sustentáveis precisam incluir políticas habitacionais inclusivas e o combate à segregação socioespacial para que possam, de fato, gerar impacto positivo para todos os habitantes.

Complementando essa visão, Ribeiro (2016) enfatiza a importância da mobilidade urbana como um dos pilares da sustentabilidade. Analisando cidades como Copenhague e

(*) *Kezia de Almeida Costa Marvila* é mestra em Educação na Universidade Estácio de Sá – RJ, possui graduação em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Ibituruna e graduação em História pelo Centro Universitário São Camilo – ES. É professora da educação infantil e fundamental na Secretaria Municipal de Educação de Marataízes e Presidente Kennedy. *Maria Clara Sales de Carvalho* é graduada em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, possui pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Cachoeiro de Itapemirim – ES e é graduanda de Pedagogia pela Faculdade Signorelli. É professora de Matemática na Prefeitura Municipal de Vitória – ES. *Tarciana Sales Santos* é mestra pela UNISA e doutoranda pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales. Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Serra – ES, é professora na Secretaria Municipal de Educação de Itapemirim e na Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.

Amsterdã, Ribeiro destaca como políticas que incentivam o uso do transporte coletivo, ciclovias e veículos elétricos ajudam a reduzir emissões de carbono e a melhorar a qualidade de vida da população. A experiência desses locais demonstra que a mobilidade urbana sustentável é uma estratégia fundamental para promover cidades mais limpas e acessíveis.

Outro estudioso importante, Silva (2017), foca na relação entre sustentabilidade e gestão de resíduos. Ele observa que cidades como São Francisco, com políticas inovadoras de reciclagem e compostagem, podem servir de inspiração para o Brasil, onde a gestão de resíduos sólidos ainda enfrenta desafios críticos. Silva argumenta que, além da infraestrutura, é essencial promover a conscientização ambiental e envolver a população em práticas de reciclagem e redução de resíduos para alcançar avanços significativos.

Ferreira (2018) explora o papel das áreas verdes na promoção da sustentabilidade urbana. Para ele, a preservação e expansão de espaços verdes não apenas contribuem para a biodiversidade, mas também proporcionam espaços de lazer, regulam o clima urbano e melhoram o bem-estar social. Ferreira destaca cidades como Singapura, que investem na integração de áreas verdes em edifícios e espaços públicos, servindo como modelos para outras cidades que buscam unir urbanização e sustentabilidade.

Nas últimas décadas, o crescimento acelerado da urbanização tem colocado novos desafios para as cidades em todo o mundo. Segundo projeções da Organização das Nações Unidas (ONU, 2022), estima-se que, até 2050, aproximadamente 70% da população global viverá em áreas urbanas. Essa realidade impõe pressão significativa sobre a infraestrutura, o meio ambiente e a economia, agravando desigualdades sociais e exclusões (AGOSTINHO et al., 2022). Nesse contexto, o planejamento urbano sustentável emerge como um elemento crucial para promover cidades mais inclusivas, resilientes e alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A pandemia de COVID-19 destacou as fragilidades estruturais das cidades e evidenciou a importância de políticas públicas que combinem desenvolvimento urbano com a melhoria da qualidade de vida da população (PIZZI et al., 2020). Apesar dos esforços das Nações Unidas para promover os ODS, incluindo iniciativas como os 5 Ps — Pessoas, Planeta, Parcerias, Paz e Prosperidade —, estudos recentes apontam que os avanços nessa área ainda são insuficientes, especialmente em países com intensa instabilidade política e econômica, como o Brasil (COSTA, 2018; KÜNNER et al., 2021).

Nesse cenário, o planejamento urbano sustentável deve atender às necessidades crescentes da sociedade, garantindo a preservação ambiental, a inclusão social e a equidade econômica. A literatura recente aponta a importância de integrar ações que priorizem a

qualidade de vida da população e a sustentabilidade das cidades como um todo. Este estudo analisa publicações científicas que abordam desenvolvimento comunitário, cidades sustentáveis e os desafios para o cumprimento dos ODS, buscando identificar padrões, lacunas e possibilidades futuras de pesquisa.

A relevância deste estudo reside, portanto, em mapear as principais discussões em torno do desenvolvimento urbano sustentável, utilizando uma análise bibliométrica para avaliar a produção científica sobre o tema. Com isso, pretende-se compreender como os avanços na literatura podem contribuir para o aprimoramento de políticas públicas e estratégias que favoreçam cidades mais sustentáveis e resilientes.

Por fim, Souza (2019) analisa a importância da participação comunitária nas políticas de sustentabilidade urbana. Segundo Souza, uma cidade só pode ser verdadeiramente sustentável se seus cidadãos estiverem engajados e se sentirem parte das transformações. Ele cita exemplos de cidades que promovem fóruns e consultas públicas para a tomada de decisões urbanísticas, argumentando que esse envolvimento fortalece a eficácia das políticas sustentáveis e promove um sentimento de pertencimento na população.

Portanto, essa introdução visa estabelecer a importância de analisar as práticas das cidades sustentáveis ao redor do mundo e traz perspectivas de autores brasileiros que refletem sobre como tais práticas podem ser adaptadas ao contexto nacional, respeitando as particularidades e necessidades locais. A seguir, o artigo explora como essas cidades globais, por meio de políticas inovadoras e integradas, têm avançado na construção de modelos urbanos que conciliam desenvolvimento e sustentabilidade.

Desenvolvimento sustentável

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são conceitos que passaram a ganhar relevância global a partir da década de 1970, impulsionados por movimentos sociais e conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). O relatório do Clube de Roma, de 1972, destacou a necessidade urgente de repensar as práticas de desenvolvimento humano em um contexto ambientalmente mais responsável (LIMA, 2003). O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1991), refere-se ao desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras, estabelecendo um equilíbrio entre crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social. No entanto, essa definição reconhece que a plena realização do desenvolvimento sustentável é limitada pelas tecnologias e pela organização social existentes.

A evolução do conceito de sustentabilidade foi além da preservação ambiental, abrangendo também questões econômicas e sociais, com uma ênfase crescente nas necessidades das futuras gerações. Bellen (2006) destaca o avanço das questões ambientais, evidenciado pelo aumento no uso de energias alternativas e pela diminuição da dependência de recursos naturais. Esse movimento também gerou maior interesse de governos, empresas e sociedade no desenvolvimento sustentável. As práticas empresariais, por exemplo, passaram a incorporar ações sustentáveis, inicialmente motivadas por pressões externas, mas atualmente reconhecidas como um diferencial competitivo, conforme aponta Barbieri et al. (2010). Empresas de diversos setores, como a indústria química, bancos e hotéis, têm implementado práticas de sustentabilidade, demonstrando seu compromisso com as questões ambientais e sociais, o que se traduz em vantagem estratégica no mercado.

A sustentabilidade, como definida por Elkington (2001), é o princípio de garantir que as ações do presente não limitem as opções econômicas, sociais e ambientais das gerações futuras. Originalmente um termo genérico, a sustentabilidade passou a ser compreendida de forma mais ampla, integrando a responsabilidade social e econômica em seu escopo. Menegat e Almeida (2004) ressaltam que, para uma compreensão mais aprofundada da sustentabilidade, é essencial levar em conta os conceitos de desenvolvimento sustentável, uma vez que ambos estão interligados no objetivo de garantir um equilíbrio duradouro entre o ser humano e o meio ambiente.

A definição e utilização de indicadores de sustentabilidade têm se mostrado fundamentais para a avaliação do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. Segundo Bellen (2006), esses indicadores são ferramentas cruciais para o planejamento estratégico e a tomada de decisões mais eficazes, permitindo que gestores e políticos possam orientar suas ações com base em dados concretos e mensuráveis. A Agenda 21, um documento central das Nações Unidas, defende o uso desses indicadores para avaliar e monitorar as políticas públicas em diferentes contextos, garantindo que as práticas sustentáveis sejam implementadas de maneira eficiente e eficaz.

Além disso, Magalhães (2006) destaca a crescente importância da sustentabilidade no planejamento urbano, ressaltando que as cidades desempenham um papel central na promoção de práticas sustentáveis. As políticas públicas urbanas devem ser formuladas com base nos princípios da sustentabilidade, levando em consideração não apenas as questões ambientais, mas também as necessidades sociais e econômicas da população. As cidades, como centros de concentração populacional e atividade econômica, precisam integrar essas preocupações em

suas estratégias de desenvolvimento para garantir que o crescimento urbano não comprometa o futuro das gerações vindouras.

Em resumo, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são conceitos interdependentes que envolvem a integração de questões ambientais, econômicas e sociais. A implementação de políticas públicas sustentáveis e a adoção de práticas empresariais responsáveis são fundamentais para a construção de um futuro mais equilibrado e justo. A utilização de indicadores de sustentabilidade é imprescindível para monitorar o progresso dessas políticas e garantir que as ações tomadas hoje não prejudiquem as possibilidades de desenvolvimento das gerações futuras. O papel das cidades, como espaços de concentração urbana e econômica, é crucial para a implementação dessas práticas, devendo suas políticas públicas ser orientadas pelos princípios da sustentabilidade para promover um desenvolvimento urbano que respeite o meio ambiente e as necessidades sociais e econômicas da população.

O desenvolvimento sustentável nas cidades globais destaca práticas essenciais para reduzir o impacto ambiental e promover a qualidade de vida dos habitantes. Este artigo analisa essas práticas em áreas como eficiência energética, gestão de resíduos, mobilidade urbana e preservação de áreas verdes, com o intuito de identificar lições aplicáveis em outras localidades. Autores brasileiros oferecem contribuições importantes para o entendimento desses modelos, explorando a viabilidade de adaptação para o contexto nacional.

A eficiência energética e o uso de fontes renováveis são pilares para muitas cidades sustentáveis, como Estocolmo e Vancouver, que se destacam por suas iniciativas de transição para uma matriz energética mais limpa. Estocolmo foi uma das primeiras a implementar um plano para eliminar o uso de combustíveis fósseis em sua matriz energética, enquanto Vancouver se projeta como uma cidade verde ao investir em energia solar e eólica em grande escala. Ribeiro (2016) observa que a adoção de fontes renováveis e a eficiência energética são fundamentais para reduzir a pegada de carbono urbana e defende que, no contexto brasileiro, políticas de incentivo, como subsídios para instalação de painéis solares, poderiam encorajar práticas similares em cidades nacionais. Walter e Nogueira (2008), destacam que a crise do petróleo proporcionou a revalorização de novas tecnologias voltadas à produção de energia elétrica de fontes renováveis

Entretanto, a partir do final da segunda metade dos anos 1970, o setor elétrico entrou em uma nova fase em vários países. As reformas institucionais do setor tiveram início em função da elevação dos custos de geração de energia elétrica segundo tecnologias convencionais, tanto por razões tecnológicas quanto ambientais e também devido ao processo recessivo dos países industrializados em associação aos choques dos preços do petróleo. Essas

reformas, eminentemente de caráter descentralizador, resultaram na revalorização da co-geração, na produção elétrica em pequena escala, no uso mais intensivo de fontes energéticas renováveis e na produção independente (WALTER e NOGUEIRA, 2008, p. 573).

A gestão de resíduos sólidos é outro aspecto essencial abordado por cidades como São Francisco e Tóquio. São Francisco, com sua política de "resíduo zero", alcançou altas taxas de reciclagem ao implementar programas de compostagem e coleta seletiva, engajando a população em uma cultura de redução de desperdício. Silva (2017) destaca que a gestão de resíduos no Brasil enfrenta desafios críticos, principalmente nas áreas urbanas. Ele sugere que, além da infraestrutura, a conscientização ambiental e o envolvimento da população em práticas de reciclagem são fundamentais para o sucesso de iniciativas sustentáveis.

A mobilidade urbana também é um componente-chave em cidades sustentáveis, como Copenhague e Amsterdã, sendo reconhecidas por suas políticas que incentivam o uso de transportes alternativos, como bicicletas e veículos elétricos. Em Copenhague, a construção de ciclovias extensas e a promoção de programas de compartilhamento de bicicletas ajudaram a reduzir significativamente o tráfego de veículos, contribuindo para a redução das emissões de carbono. No Brasil, Ribeiro (2016) enfatiza que a mobilidade urbana sustentável é essencial para a criação de cidades mais limpas e acessíveis, e que políticas públicas que incentivem o uso de bicicletas e o transporte público podem promover grandes avanços na qualidade de vida urbana.

A preservação de áreas verdes, tanto em espaços públicos quanto privados, é uma prática central em cidades como Singapura e Vancouver. Singapura integra áreas verdes em seus edifícios e promove um ambiente urbano que favorece a biodiversidade e o bem-estar da população. Ferreira (2018) aponta que a expansão de áreas verdes não só contribui para a biodiversidade, mas também oferece espaços de lazer e regula o microclima das cidades. O autor defende que as cidades brasileiras devem considerar a preservação de áreas naturais como uma prioridade no desenvolvimento urbano, incentivando a criação de parques e espaços verdes integrados à infraestrutura urbana.

Cavalheiro et al. (1999 apud NUCCI, 2003) aponta alguns critérios para essas áreas, tais como: Vegetação e solo permeável devem ocupar, pelo menos, 70% da área verde; devem servir à população, propiciando um uso e condições para recreação. Canteiros, pequenos jardins de ornamentação, rotatórias e arborização não podem ser considerados áreas verdes, mas sim "verde de acompanhamento viário", que com as calçadas (sem separação total em relação aos veículos) pertencem à categoria de espaços construídos ou espaços de integração urbana.

As políticas de inclusão social são outro aspecto importante das cidades sustentáveis. Cidades como Viena e Barcelona investem em políticas habitacionais acessíveis, garantindo

que todas as camadas da população tenham acesso a moradias de qualidade. Maricato (2011) ressalta que o desenvolvimento urbano sustentável não pode ser separado das necessidades sociais e habitacionais das populações vulneráveis. Ela argumenta que práticas de urbanização sustentáveis precisam combater a segregação social e proporcionar moradia digna, o que é particularmente relevante para cidades brasileiras que enfrentam desafios com a habitação em áreas periféricas.

A educação ambiental e a participação comunitária nas decisões urbanas são práticas essenciais em cidades como Freiburg, na Alemanha, onde a população é ativamente envolvida em iniciativas de sustentabilidade. A cidade realiza consultas públicas para implementar projetos ambientais e promove campanhas de conscientização que envolvem os cidadãos na proteção do meio ambiente. Souza (2019) reforça a importância da participação comunitária, argumentando que as cidades só podem alcançar a verdadeira sustentabilidade se seus cidadãos estiverem engajados e envolvidos nas transformações urbanas. Ele cita exemplos de cidades que promovem fóruns de participação pública como uma forma eficaz de consolidar políticas ambientais. A Conferência de Estocolmo de 1972, segundo Barbieri e Silva (2009, p. 54), trouxe aspectos específicos em relação à Educação Ambiental:

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada em Estocolmo, em 1972, foram criados alguns instrumentos para tratar de problemas sociais e ambientais planetários, como a Declaração sobre o Ambiente Humano, com 26 princípios voltados para orientar a construção de ambiente que harmonize os aspectos humanos e naturais, considerados essenciais para o bem-estar dos humanos e para que possam gozar de todos os direitos fundamentais.

Por fim, o desenvolvimento econômico sustentável em cidades como Portland, nos Estados Unidos, serve de inspiração para integrar práticas de crescimento econômico com responsabilidade ambiental. Portland investe em setores de tecnologia limpa e incentiva empresas a adotarem práticas sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento econômico sem comprometer os recursos naturais. Segundo Ribeiro (2016), o Brasil tem grande potencial para desenvolver sua economia de forma sustentável ao estimular setores como energias renováveis e reciclagem. Ele defende que políticas econômicas focadas em práticas verdes podem ser aplicadas para promover o crescimento econômico alinhado aos princípios de sustentabilidade.

Esse conjunto de práticas, adotadas por algumas das cidades mais sustentáveis do mundo, mostra que o desenvolvimento urbano pode e deve estar alinhado à sustentabilidade. Ao combinar políticas públicas, infraestrutura e engajamento social, essas cidades

demonstram que é possível construir um modelo de urbanização que responda às necessidades contemporâneas sem comprometer o futuro. Dessa forma, os autores brasileiros destacam que o contexto nacional, embora desafiador, pode adaptar e aplicar muitos desses princípios, criando cidades mais inclusivas, limpas e resilientes para as futuras gerações.

Considerações finais

A análise de algumas das cidades mais sustentáveis do mundo revela que a sustentabilidade urbana não é apenas uma tendência, mas uma necessidade premente para o futuro das áreas urbanas. As cidades mencionadas demonstram que é possível integrar práticas de eficiência energética, gestão de resíduos, mobilidade sustentável, preservação ambiental e inclusão social de maneira harmônica, promovendo um desenvolvimento equilibrado e resiliente. Tais iniciativas não apenas melhoram a qualidade de vida dos habitantes, mas também funcionam como modelos que podem ser adaptados e aplicados em contextos variados, incluindo o brasileiro.

No entanto, como destacam autores brasileiros, a implementação de modelos sustentáveis no Brasil enfrenta desafios específicos, como a desigualdade social, a segregação urbana e a falta de infraestrutura adequada em muitas cidades. Para que as práticas sustentáveis observadas globalmente possam ser eficazmente adaptadas ao cenário nacional, é essencial considerar as particularidades socioeconômicas e culturais do país. Isso implica em políticas públicas que integrem desenvolvimento urbano com justiça social, garantindo que todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso a uma cidade mais sustentável e inclusiva.

Além disso, a participação comunitária e a educação ambiental desempenham um papel crucial na efetividade das políticas de sustentabilidade. Como apontado por Souza (2019), a transformação de uma cidade em um modelo sustentável não se dá apenas por meio de ações governamentais, mas também por meio do engajamento ativo de seus habitantes. Portanto, é necessário que o Brasil invista não apenas em infraestrutura, mas também na conscientização e mobilização da sociedade para a adoção de práticas sustentáveis.

Em síntese, a sustentabilidade urbana é um desafio global que exige a colaboração de governos, empresas e cidadãos. Embora as cidades sustentáveis exemplifiquem soluções inovadoras, a adaptação dessas práticas ao Brasil exige uma abordagem contextualizada e integrada, que leve em consideração as condições locais, a equidade social e a urgência ambiental.

Referências

- BARBIERI, J. C.; et al. Empresas e sustentabilidade: um estudo do envolvimento corporativo com o meio ambiente. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**, 2010.
- BELLEN, J. **Sustentabilidade e desenvolvimento**: indicadores e avaliação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C; GUZZO, P.; ROCHA, Y.T. Proposição de terminologia para o verde urbano. **Boletim Informativo da SBAU** (Sociedade Brasileira de Arborização Urbana), ano VII, n. 3 - jul/ago/set de 1999, Rio de Janeiro, p. 7.
- COMUM, Nosso Futuro. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. London: Capstone, 2001.
- FERREIRA, J. P. A importância das áreas verdes urbanas para o desenvolvimento sustentável: análise de modelos internacionais e implicações para as cidades brasileiras. **Revista Brasileira de Urbanismo**, 11(2), 2018, p. 45-58.
- LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambiente & sociedade*, 2003, vol. 6, p. 99-119.
- MARICATO, E. **A urbanização brasileira e seus desafios**: políticas públicas e questões sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- MAGALHÃES, R. Políticas públicas urbanas e sustentabilidade. São Paulo: MDA/FIPE, 2006.
- MENEGAT, R.; ALMEIDA, A. **Sustentabilidade**: conceitos e implicações sociais. Rio Grande do Sul: EdUFRGS, 2004.
- NOGUEIRA, Luiz Augusto Horta; WALTER, Arnoldo. O sistema de produção de eletricidade a partir da biomassa. In: CORTEZ, Luis Augusto Barbosa; LORA, Electo E. Silva; GÓMEZ, E.O. (orgs). **Biomassa para energia**. Campinas: Unicamp, 2008.
- RIBEIRO, A. **Sustentabilidade urbana no Brasil**: desafios e perspectivas para o futuro das cidades. Belo Horizonte: UFMG, 2016.
- SILVA, L. M. Gestão de resíduos sólidos no Brasil: políticas públicas e práticas sustentáveis. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, 9(1), 2017, p.31-47.
- SOUZA, C. A. **A participação cidadã na construção de cidades sustentáveis**: estratégias para o Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

Resumo: Este artigo revisa as dez cidades mais sustentáveis do mundo, destacando seus modelos de desenvolvimento urbano e estratégias globais em sustentabilidade. Analisa práticas inovadoras em eficiência energética, gestão de resíduos, mobilidade urbana, preservação de espaços verdes e redução de emissões de carbono. Estocolmo, Copenhague, Singapura e Vancouver são exemplos de políticas públicas eficazes que equilibram crescimento urbano e preservação ambiental, garantindo qualidade de vida. Com transporte público eficiente, energia renovável e infraestrutura verde, mostram que progresso econômico pode alinhar-se à responsabilidade ambiental. O estudo aborda também o impacto dessas

iniciativas em sociedades inclusivas e resilientes, fornecendo insights e recomendações para gestores e planejadores urbanos. Por fim, ressalta a importância do compromisso político e da colaboração intersetorial para práticas sustentáveis eficazes, promovendo um futuro equilibrado.

Palavras-chave: Sustentabilidade; desenvolvimento urbano; inovação; políticas públicas; cidades sustentáveis.

Abstract: This article examines the ten most sustainable cities in the world, emphasizing their urban development models and global sustainability strategies. It analyzes innovative practices in energy efficiency, waste management, urban mobility, green space preservation, and carbon emission reduction. Cities such as Stockholm, Copenhagen, Singapore, and Vancouver exemplify effective public policies that balance urban growth with environmental preservation, ensuring a high quality of life. Through efficient public transport, renewable energy initiatives, and green infrastructure, these cities demonstrate that economic progress can align with environmental responsibility. The study also explores the impact of these initiatives on creating inclusive and resilient societies, offering insights and recommendations for urban planners and policymakers. Finally, it highlights the importance of political commitment and cross-sector collaboration for the effective implementation of sustainable practices, contributing to a balanced and sustainable future.

Keywords: Sustainability; urban development; innovation; public policies; sustainable cities.

Recebido em: 1/12/2024.

Aceito em: 10/12/2024.